

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis da Administração Direta **Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2017**

Nota 1 – Contexto Operacional

O Município de Nova Ramada, entidade jurídica de direito público, compreende os órgãos da Administração Direta do Município no que tange à previsão das receitas e execução das despesas orçamentárias.

Nota 2 - Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas com observância dos dispositivos legais que regulam o assunto, em especial a Lei nº 4.320/64, a Lei Complementar nº 101/2000, os Princípios de Contabilidade, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e demais disposições normativas vigentes.

Balanco Orçamentário

Nota 1 – Contexto Operacional: O Município de Nova Ramada, entidade jurídica de direito público, compreende os órgãos da Administração Direta do Município no que tange à previsão das receitas e execução das despesas orçamentárias.

Nota 2 - Apresentação das Demonstrações Contábeis: As demonstrações contábeis foram elaboradas com observância dos dispositivos legais que regulam o assunto, em especial a Lei nº 4.320/64, a Lei Complementar nº 101/2000, os Princípios de Contabilidade, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e demais disposições normativas vigentes.

Nota 3 – Receitas e Despesas: As receitas e despesas orçamentárias foram codificadas de acordo com a Portaria Interministerial STN/MF e SOF/MPOG n.º 163 de 04/05/2001 e suas alterações, sendo seus desdobramentos registrados em conformidade com os desdobramentos previstos no Elenco de Contas, expedido pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul. O registro, sob o aspecto orçamentário, e obedecendo ao disposto no art. 35 da Lei Federal nº 4.320/64, considerou como realizadas as despesas legalmente empenhadas e as receitas efetivamente arrecadadas no exercício. Sob o enfoque patrimonial, considerou-se o regime de competência para as receitas reconhecidas, enquanto as despesas foram registradas segundo a ocorrência de seus fatos geradores. As alterações da situação líquida patrimonial foram registradas à conta de variações patrimoniais ativas (aumentativas) e passivas (diminutivas).

Nota 4 - Deduções da Receita Orçamentária: Os valores informados nas colunas, referente às Receitas Orçamentárias, representa a arrecadação líquida, ou seja, já consideradas as deduções da receita, que totalizaram R\$ 2.377.670,09 no exercício.

Nota 5 – Despesas Orçamentárias: São apresentados os valores das despesas, com exclusão das operações intraorçamentárias.

Nota 6 - Utilização do Superávit Financeiro: O quadro a seguir demonstra o valor do Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior que foi utilizado como fonte na abertura de créditos adicionais, nas respectivas vinculações de recursos e dentro de seus limites disponíveis, durante o exercício financeiro de 2017:

Superávit Financeiro Utilizado	Abertos por Crédito Adicional Suplementar	Abertos por Crédito Adicional Especial
2.177.564,86	1.912.501,61	265.063,25

Nota 7 - Restos a Pagar: As despesas que foram empenhadas e não pagas até o dia 31/12/2017, foram inscritas em Restos a Pagar, em atendimento aos artigos 35 e 36 da Lei nº 4.320/1964, e escrituradas como restos a pagar processados e não processados. Durante o exercício, foram consideradas despesas orçamentárias incorridas apenas as despesas liquidadas e, no encerramento do exercício, também foram consideradas aquelas inscritas em restos a pagar não processados, que foram inscritos com base nos saldos credores dos empenhos não liquidados, nos termos dos artigos 36 e 103, parágrafo único, da Lei Federal nº 4.320/1964. Foram observadas, para fins de inscrição, as recomendações da Instrução Normativa nº 18/2015, do Tribunal de Contas do Estado, ainda, os preceitos do artigo 42 da Lei Complementar nº 101/2000. Não existem valores inscritos de Restos a Pagar de exercícios anteriores.

Balanco Patrimonial

Nota 1 – Contexto Operacional: O Poder Executivo do Município de Nova Ramada integra a administração direta do município, e compreende o Gabinete do Prefeito, sete Secretarias Municipais e sete Fundos Especiais, constituídos sem personalidade jurídica.

Nota 2 – Apresentação das Demonstrações Contábeis: o Balanço Patrimonial e as demais demonstrações contábeis foram elaboradas em observância com os dispositivos legais que regulam o assunto, em especial a Lei nº 4.320/64, a Lei Complementar nº 101/2000, os Princípios de Contabilidade, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e demais disposições normativas vigentes.

Nota 3 – Caixa e Equivalente de Caixa: Compreende o somatório dos valores em caixa e em bancos, e equivalentes, que representam recursos existentes para movimentação e aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrições para uso imediato. Representam às disponibilidades financeiras de recursos ordinários e vinculados da entidade.

Nota 4 – Créditos e Valores a Receber a Curto Prazo e a Longo Prazos: Os valores apresentados nestas rubricas compreendem os saldos líquidos a receber, ou seja, já deduzidas às retenções e os ajustes para perdas.

Demais Créditos e Valores a Longo Prazo: Representa os valores exigíveis, realizáveis após os doze meses seguintes a data da publicação das demonstrações.

Créditos a Curto e Longo Prazos: Representa os valores inscritos em Dívida Ativa. A segregação da dívida ativa em curto e longo prazos foi realizada com base em controles internos do município, referente a cadastros, dívidas e parcelamentos registrados em carteira. O curto prazo contempla os créditos inscritos com perspectiva de recebimento até doze meses da data das demonstrações contábeis, enquanto o longo prazo abriga o restante do estoque de créditos.

Para o Ajuste a Valor Recuperável da Dívida Ativa, em decorrência do elevado grau de incerteza no recebimento dos valores inscritos, utilizou-se a técnica baseada no Histórico de Recebimentos Passados, que se resume na apuração da média percentual dos recebimentos totais, dos últimos três exercícios, e na apuração do percentual de frustração nos recebimentos, aplicando este último, para apuração dos valores da provisão para perdas da Dívida Ativa. Os valores obtidos desse cálculo totalizam R\$ 919.038,74 e representam o saldo da provisão para perdas da dívida ativa, registrada em contas redutoras do ativo no Balanço Patrimonial.

Nota 5 – Estoques: Compreende o valor dos bens adquiridos, com o objetivo de distribuição ou utilização no curso normal das atividades do município. Os estoques são mensurados pelo preço médio ponderado das aquisições.

Nota 6 – VPD Pagas Antecipadamente: Os saldos apresentados são relativos aos pagamentos antecipados de Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD), cujos benefícios ou prestação de serviço à entidade ocorrerão no curto prazo.

Nota 7 - Investimentos: Os investimentos compreendem as participações permanentes em outras sociedades. Os valores classificados nesse título compõem-se da participação em Consórcio Público, mensurado pelo método de equivalência patrimonial, de acordo com as prescrições da Portaria STN nº 72/2012, e pela participação em empresa privada, mensurado por quotas, ao

custo de aquisição.

Nota 8 - Imobilizado: O ativo imobilizado representa o valor dos bens móveis e imóveis, mensurados ao custo de aquisição, não estando estes submetidos à depreciação, amortização ou exaustão. Houve ajustes a valor recuperável e reavaliação de bens móveis indisponíveis, bem como, a baixa de bens móveis, por ocasião de Leilão.

Nota 9 - Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo: Compreende o saldo das obrigações reconhecidas pelo regime de competência, relativos à férias e encargos patronais decorrentes de pessoal, ajustados a valor presente na data das demonstrações contábeis.

Nota 10 – Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo: Os valores registrados nesses títulos são decorrentes de obrigações junto a fornecedores, por mercadorias e materiais, e ainda pela prestação de serviços utilizados nas diversas atividades operacionais dos órgãos e entidades da administração direta, inscritos em restos a pagar processados. O saldo compreende valores empenhados e liquidados no exercício, pendentes de pagamento.

Nota 11 – Obrigações Fiscais a Curto Prazo: Compreende o saldo das as obrigações do ente, relativas a impostos, taxas e contribuições devidas à União, ao Estado e a Municípios. O valor registrado no curto prazo refere-se a contribuição ao PASEP.

Nota 12 – Patrimônio Líquido: Compreende o valor residual dos ativos depois de deduzidos todos os passivos. Representa o Ativo Real Líquido da administração direta, conforme terminologia regradada pela Lei Federal 4.320/64, figurando seus valores, após a apuração do resultado do exercício, em Resultados Acumulados. Os ajustes de exercícios anteriores somaram R\$ 19.247,22, sendo R\$ 3.302,56 debitados, referente à baixa de créditos a receber com origem no ano anterior e R\$ 22.550,00 referente ao registro de termo de doação de bens, publicado no DOE em 12/11/2015, resultando no montante que compunha o saldo credor total desta rubrica. A apuração do resultado do exercício evidenciou um superávit de R\$ 674.665,83.

Demonstração das Variações Patrimoniais

Nota 1 – Variações Patrimoniais Aumentativas: Compreende o somatório das arrecadações municipais e transferências recebidas pela entidade. Na Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos, as reavaliações de bens imóveis registradas totalizaram R\$ 415.490,00, e os ganhos com a alienação de ativos R\$ 8.355,50 no exercício. As Outras Variações Patrimoniais Aumentativas compreendem o somatório das variações patrimoniais aumentativas não incluídas nos demais grupos, tais como, multas administrativas, indenização de veículo e terceirização da folha de pagamentos.

Nota 2 – Variações Patrimoniais Diminutivas: Compreende o somatório das variações patrimoniais diminutivas com pessoal e encargos, benefícios assistenciais, uso de bens e serviços e as transferências as transferências concedidas. Na Desvalorização e Perdas de Ativos e Incorporação de Passivos a redução a valor recuperável de bens do ativo imobilizado destinados a leilão e as perdas com alienação somaram R\$ 192.068,50. Os ajustes para perdas de créditos e as perdas involuntárias somam R\$ 61.135,20. As Outras Variações Patrimoniais Diminutivas compreendem o somatório das demais variações patrimoniais diminutivas não incluídas nos grupos anteriores, tais como sentenças judiciais e indenizações.

Nota 3 – Resultado Patrimonial do Período: Como resultado do confronto entre as Variações Patrimoniais Aumentativas e Diminutivas, obteve-se um resultado patrimonial positivo de R\$ 674.665,83.